



Evento: XXXIV Seminário de Iniciação Científica

O PAPEL DAS COOPERATIVAS NA REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS¹

Bárbara Petry De Oliveira ², Pedro Luís Büttgenbender³.

¹ Projeto de pesquisa desenvolvido na Unijuí; com financiamento da agência UNIJUÍ .

² Estudante do curso Direito, bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - PIBIC/UNIJUÍ.

³ Professor orientador do projeto Cooperativismo no desenvolvimento de territórios ou regiões., listar demais nomeações do professor

INTRODUÇÃO

O presente resumo expandido aborda as desigualdades sociais enquanto fenômeno estrutural presente na sociedades, manifestando-se por meio da concentração de renda, acesso desigual a oportunidades e exclusão social. No Brasil, essas desigualdades possuem raízes históricas profundas, relacionadas ao processo de formação econômica e social do país.

O objetivo geral deste estudo consiste em analisar os pressupostos teóricos do cooperativismo e sua relação com a desigualdade social, a partir da legislação cooperativista, da doutrina especializada e dos princípios que orientam a cooperação econômica e social, a fim de compreender de que forma as cooperativas se constituem em alternativas ao desenvolvimento e podem contribuir para a promoção da inclusão social, da geração de renda e da redução das desigualdades.

Os objetivos específicos são: a) examinar os fundamentos teóricos do cooperativismo, sua origem histórica, princípios e características essenciais; b) analisar o papel das cooperativas como instrumentos de desenvolvimento econômico e social, especialmente no que se refere à geração de trabalho e renda; c) investigar a contribuição do cooperativismo para a diminuição das desigualdades sociais, por meio da promoção da participação democrática, da inclusão produtiva e do fortalecimento das comunidades locais; d) identificar os desafios e as potencialidades do modelo cooperativista na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Para a melhor organização deste trabalho, apresentam-se duas seções: a primeira aborda os conceitos fundamentais relacionados ao cooperativismo, sua origem histórica, princípios e características, destacando sua relevância no contexto econômico e social; a



segunda analisa a relação entre o cooperativismo e a desigualdade social, evidenciando de que forma as cooperativas contribuem para a geração de trabalho e renda, a inclusão social e a promoção do desenvolvimento econômico sustentável, atuando como instrumento de redução das desigualdades sociais.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste estudo caracteriza-se como teórica, de natureza qualitativa e com finalidade explicativa. A pesquisa fundamenta-se na análise bibliográfica de obras, artigos científicos e legislações relacionadas ao cooperativismo e à desigualdade social. O método de abordagem adotado é o dedutivo, partindo de conceitos gerais acerca do cooperativismo para compreender sua contribuição na redução das desigualdades sociais. Quanto aos métodos de procedimento, empregam-se o histórico, para examinar a evolução do movimento cooperativista e sua inserção no contexto socioeconômico, e o bibliográfico, mediante a análise da produção acadêmica e normativa pertinente ao tema.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Primeiramente, é necessário compreender o conceito de cooperativismo, que consiste em um modelo de organização econômica e social baseado na associação voluntária de pessoas que buscam satisfazer necessidades e interesses comuns por meio da gestão democrática e da cooperação. No Brasil, o cooperativismo encontra respaldo na Lei nº 5.764/1971, que institui a Política Nacional de Cooperativismo e define as cooperativas como sociedades de pessoas, com natureza civil, constituídas para prestar serviços aos seus associados.

"O cooperativismo é uma forma de organização econômica que visa corrigir os desequilíbrios sociais produzidos pela concentração da riqueza, promovendo a participação democrática dos indivíduos nos processos produtivos e na distribuição dos resultados." (SCHNEIDER, José Odelso, 2012).

O cooperativismo tem como um de seus principais objetivos promover o desenvolvimento econômico aliado à justiça social. Diferentemente das empresas tradicionais, cuja finalidade principal é a obtenção de lucro, as cooperativas buscam conciliar



eficiência econômica com benefícios coletivos, favorecendo a distribuição mais equilibrada dos resultados obtidos por seus membros. Nesse sentido, o modelo cooperativista apresenta-se como uma importante ferramenta de enfrentamento das desigualdades sociais, especialmente em comunidades marcadas pela exclusão econômica e pela vulnerabilidade social.

De acordo com os princípios estabelecidos pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI), destacam-se a adesão voluntária e livre, a gestão democrática pelos membros, a participação econômica dos cooperados, a autonomia e independência, a educação, formação e informação, a intercooperação e o interesse pela comunidade. Tais princípios demonstram que o cooperativismo ultrapassa a mera dimensão econômica, assumindo também relevante função social.

Segundo Singer (2002), a economia solidária, na qual se inserem diversas experiências cooperativistas, constitui uma alternativa capaz de promover a inclusão produtiva de trabalhadores excluídos do mercado formal, possibilitando a geração de renda e o fortalecimento da cidadania. Para o autor, as cooperativas representam instrumentos de democratização das relações econômicas, permitindo que os próprios trabalhadores participem da gestão e da distribuição dos resultados do empreendimento. Nesse sentido, afirma que “a economia solidária é um modo de produção cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual, tendo como resultado natural a solidariedade e a igualdade” (SINGER, 2002, p. 10).

Além disso, o cooperativismo contribui para a redução das desigualdades sociais ao ampliar oportunidades de trabalho e renda em diferentes setores da economia, como agricultura, crédito, transporte, saúde e produção industrial. Em muitas regiões, especialmente em áreas rurais e comunidades de menor desenvolvimento econômico, as cooperativas desempenham papel fundamental na inclusão de pequenos produtores e trabalhadores, fortalecendo a economia local e promovendo melhores condições de vida.



Outro aspecto relevante refere-se à promoção do desenvolvimento sustentável. Ao estimular a participação coletiva e o compromisso com a comunidade, as cooperativas contribuem para o fortalecimento do capital social e para a construção de relações econômicas mais equilibradas. Dessa forma, o cooperativismo não apenas gera benefícios econômicos para seus associados, mas também produz impactos positivos para a sociedade como um todo. Segundo Pinho "O cooperativismo apresenta-se como uma alternativa capaz de conciliar eficiência econômica com justiça social, promovendo a inclusão de grupos historicamente excluídos dos benefícios do desenvolvimento." (PINHO, 2004, p. 42).

Observa-se que o cooperativismo constitui um importante mecanismo de combate à desigualdade social, uma vez que favorece a inclusão econômica, a distribuição de renda, a participação democrática e o desenvolvimento comunitário. Por meio da cooperação e da solidariedade, esse modelo organizacional demonstra ser uma alternativa viável para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e comprometida com o bem-estar coletivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, verifica-se que o cooperativismo desempenha papel relevante na promoção da inclusão social e na redução das desigualdades econômicas, constituindo-se como um importante instrumento de desenvolvimento social e fortalecimento das comunidades. Por meio da cooperação, da gestão democrática e da distribuição mais equitativa dos resultados econômicos, as cooperativas possibilitam a geração de trabalho e renda, ampliando oportunidades para indivíduos e grupos que frequentemente se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Além disso, o modelo cooperativista contribui para o fortalecimento da cidadania e para a construção de relações econômicas mais justas e solidárias, promovendo não apenas benefícios financeiros aos seus associados, mas também impactos positivos para a coletividade. Nesse sentido, o cooperativismo demonstra ser uma alternativa viável para enfrentar desafios relacionados à concentração de renda e à exclusão social.



Portanto, o fortalecimento e a ampliação das iniciativas cooperativistas são fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e sustentável. Ao incentivar a participação coletiva, a solidariedade e o desenvolvimento comunitário, o cooperativismo reafirma sua importância como mecanismo capaz de transformar realidades marcadas pela desigualdade social em oportunidades de crescimento econômico, inclusão e dignidade para todos.

Palavras-chave: Cooperativismo. Justiça social. Distribuição de renda. Desenvolvimento sustentável. Inclusão produtiva.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - PIBIC/UNIJUI e todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desta pesquisa.

Agradeço também ao meu orientador, Prof. Pedro Luís Büttgenbender, pelas valiosas contribuições, orientação e incentivo durante o desenvolvimento deste trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 16 dez. 1971.

PINHO, Diva Benevides. O cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo: Saraiva, 2004.

SCHNEIDER, José Odelso. Educação e cooperativismo. São Leopoldo: Unisinos, 2012.

SINGER, Paul. Introdução à economia solidária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS (OCB). Cooperativismo: primeiros passos. Brasília: OCB, 2021